

Francisco César exige aplicação imediata da nova Lei da Continuidade Territorial a partir de 6 de Junho

O Presidente do PS/Açores, Francisco César, exigiu ontem a aplicação imediata da nova Lei da Continuidade Territorial, publicada, ontem, em Diário da República, considerando que a sua entrada em vigor representa “uma vitória dos Açorianos” e o fim de um modelo que criou injustiças no acesso ao Subsídio Social de Mobilidade.

Em conferência de imprensa, Francisco César recordou que a lei entra em vigor a 6 de Junho e esclareceu que nenhuma adaptação administrativa, informática ou regulamentar pode servir de justificação para atrasar a sua aplicação.

“Uma portaria não está acima de uma lei da Assembleia da República. A partir de 6 de Junho deixam de poder ser aplicadas regras que a nova lei eliminou”, afirmou.

O líder socialista destacou que a nova legislação põe fim ao limite máximo de 600 euros no custo elegível dos bilhetes, elimina os cortes aplicados em função da modalidade tarifária, acaba com a exigência de regularidade tributária ou contributiva para acesso ao apoio e permite que a factura seja suficiente para solicitar o reembolso.

Francisco César sublinhou ainda que a própria lei prevê mecanismos alternativos de tramitação enquanto a plataforma não dispuser de todas as funcionalidades necessárias.

“A lei não diz para esperar pela plataforma. Diz exactamente o contrário. Se a plataforma não estiver pronta, a entidade gestora tem de garantir outros meios para assegurar o pagamento do subsídio segundo as novas regras”, salientou.

O Presidente do PS/Açores deixou um aviso ao Governo da República para que garanta a aplicação da lei desde o primeiro dia da sua vigência e criticou a passividade do Governo Regional ao longo de todo o processo.

“Os Açorianos não podem ser prejudicados pela incapacidade operacional do Estado. A continuidade territorial é um direito dos Açorianos e não uma concessão administrativa”, afirmou.

Francisco César garantiu que o PS continuará a acompanhar a aplicação da nova legislação, lembrando que já apresentou uma participação junto do Provedor de Justiça para salvaguardar o cumprimento dos direitos dos Açorianos.

“O Estado tem de cumprir a lei. Esta foi uma conquista importante para os Açores e não permitiremos que atrasos



ou interpretações abusivas retirem aos cidadãos os direitos que acabaram de ser consagrados”, concluiu.

BE exige explicações do Governo perante razia na atribuição de apoios à Cultura e defende reforço da dotação financeira

O Bloco de Esquerda, informou em nota de imprensa, que exigiu explicações ao Governo sobre a “razia” que se verificou no concurso do Regime de Apoio às Actividades Culturais (RJAAC), em que “quase metade das candidaturas não recebeu qualquer apoio.” Num requerimento enviado ontem, o Bloco defendeu o reforço da “dotação financeira para futuros concursos” e lamentou que se mantenha “a falta de estabilidade e previsibilidade que tinha sido prometida na última alteração ao RJAAC.”

De acordo com a nota, das mais de 300 candidaturas nas diferentes áreas artísticas abrangidas pelo RJAAC, “mais de 130 não receberam qualquer apoio, apesar de terem sido consideradas elegíveis pelo júri.”

Entre os projectos que não obtiveram apoio encontram-se “iniciativas com im-

plantação consolidada no panorama cultural açoriano e com relevante presença pública como o Curta Açores, o XXV El Açor, o Eco Festival Azores Burning Summer, o XXXII Grande Festival de Folclore da Relva, o Rua Direita 2027, o Lava Festival, o Festival MUMA, o XIX Festival Internacional de Folclore do Porto Formoso e o FIOS – Festival de Marionetas e Formas Animadas, entre muitos outros”, enumerou o partido.

O Bloco salientou que a “exclusão de projectos com histórico de actividade, capacidade de mobilização de públicos e reconhecimento público” demonstra que a “questão em causa não se limita à qualidade das candidaturas apresentadas, mas antes à insuficiência dos recursos disponíveis para responder à procura existente no sector cultura.

”Por isso, o Bloco pergunta ao Gover-

no que soluções vai implementar “para evitar a razia prevista a nível de cancelamentos, alterações ou diminuição da programação cultural na região, advinda dos resultados deste concurso”, lê-se na nota.

Segundo o partido, o mesmo já havia alertado para os problemas que se adivinhavam em relação a este concurso “por não ter sido divulgada a distribuição do número de apoios disponíveis por cada patamar, impossibilitando que os agentes culturais adequassem as suas candidaturas à realidade orçamental existente, o que levou a que um elevado número de candidaturas visse o respectivo apoio reduzido para patamares inferiores aos inicialmente pretendidos”, frisou.

Para o Bloco, o elevado número de candidaturas evidencia a existência de agentes culturais, associações, criadores

e estruturas com capacidade e vontade de desenvolver projectos de interesse para a Região, “mas a exclusão de um número tão significativo de projectos avaliados positivamente suscita dúvidas quanto à adequação da dotação financeira disponível para o RJAAC face às necessidades efectivamente identificadas no senhor cultural”, refere o Bloco.

“Tendo em conta que a Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto afirmou publicamente que a atribuição dos apoios agora divulgada não esgota a dotação orçamental disponível para o RJAAC e que será efectuada uma nova atribuição de apoios com recurso às verbas remanescentes, o Bloco quer saber qual o montante total já atribuído, qual o montante que permanece disponível e quando será atribuído”, concluiu a nota.

IL quer saber se existiram avaliações que previam mortes em caso de erupção na Terceira

O Deputado da Iniciativa Liberal (IL) no Parlamento dos Açores, Nuno Barata, que reassumiu, ontem as suas funções, depois de um período de substituição, entregou um Requerimento ao Governo Regional exigindo esclarecimentos urgentes sobre alegadas avaliações de risco realizadas durante a recente crise sismovulcânica de Santa Bárbara, na ilha Terceira, que, segundo informações tornadas públicas, poderiam apontar para cenários de vítimas mortais e para sérias dificuldades de evacuação das populações da zona oeste da ilha Terceira.

A exigência de esclarecimentos ao executivo de coligação surge na sequência de um editorial publicado pelo jornal “Diário Insular”, no passado Sábado, onde são feitas referências à existência de mapas de ris-

co e cenários operacionais que admitiriam a possibilidade de fluxos lávicos cortarem vias de evacuação essenciais, num contexto em que a Estrada do Raminho permaneceu encerrada durante um longo período.

Para a Iniciativa Liberal, as afirmações divulgadas são “demasiado graves para ficarem sem resposta”: “Se existiram avaliações técnicas que previam riscos acrescidos para milhares de pessoas e até potenciais perdas de vidas humanas, os Açorianos têm o direito de saber. Se essas avaliações nunca existiram ou foram grosseiramente exageradas, os Açorianos também têm o direito de o saber. O que não pode acontecer é permanecer a dúvida sobre uma matéria desta gravidade”, afirma Nuno Barata.

No Requerimento entregue no Parlamento, o Deputado liberal questiona o Go-

verno Regional sobre “a eventual existência de estudos, relatórios, pareceres, mapas de risco ou planos de contingência que tenham avaliado o impacto do encerramento da Estrada do Raminho na capacidade de evacuação das populações” da zona oeste da Terceira, durante a crise sismovulcânica.

A Iniciativa Liberal pretende igualmente saber se alguma entidade oficial “produziu estimativas sobre possíveis vítimas humanas em cenários de erupção vulcânica” e que “medidas foram adoptadas para mitigar os riscos decorrentes da indisponibilidade” daquela importante via rodoviária.

“Estamos perante uma de duas hipóteses: ou foi ocultada informação extremamente relevante para a segurança das populações, ou foi construída e divulgada uma narrativa alarmista sobre riscos de

morte em massa. Em qualquer dos casos, é indispensável que o Governo Regional esclareça os factos de forma completa e transparente”, defende Nuno Barata.

Além dos esclarecimentos solicitados, a Iniciativa Liberal requer “o envio de toda a documentação produzida ou recebida pelo Governo Regional” relacionada com a crise sismovulcânica de Santa Bárbara, “os cenários de evacuação” da zona oeste da ilha Terceira e “os impactos do encerramento da Estrada do Raminho na segurança das populações”.

Para Nuno Barata, “a protecção da vida humana, a gestão do risco vulcânico e a confiança dos cidadãos nas instituições públicas exigem transparência total e prestação de contas” por parte das entidades responsáveis.